



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

EDITAL Nº 16/2018

CONCURSO PARA PROFESSOR EFETIVO – Área: Política Social, Fundamentos do
Serviço Social e Estágio Supervisionado.

Processo nº 23070.005288/2018-18

Assunto: Concurso Público. Recurso contra o resultado final.

PARECER

Trata-se de recurso interposto pela candidata ELIANE MARQUES DE MENEZES AMIUCCI contra resultado do concurso públicos de provas e títulos para o cargo de professor do magistério superior na área de Política Social, Fundamentos do Serviço Social e Estágio Supervisionado, regido pelo Edital nº 16/2018, processo nº 23070.005288/2018-18.

Alega a recorrente existência de vínculo empregatício, de amizade e afinidade entre a candidata aprovada na primeira colocação e uma das docentes componentes da banca examinadora, a saber Profa. Dra. Regina Sueli de Sousa. Segundo a recorrente, com base no currículo Lattes, seria possível afirmar que a candidata aprovada e a docente indicada atuam como docentes no Programa de Residência Multiprofissional do Hospital das Clínicas da UFG e que a Profa. Regina Sueli de Sousa foi avaliadora na banca de defesa de mestrado da candidata aprovada.

Alega também que os demais candidatos do certame realizaram suas provas didáticas em tempo inferior a quarenta minutos.

Ao final, solicita “revisão das classificações dos candidatos”.

A Chefia de Unidade solicitou informações à banca examinadora que, por sua vez, declarou que não há vínculo de amizade, afinidade ou de emprego entre a candidata aprovada na primeira colocação e a avaliadora indicada. Informa também que ambas atuam como docentes junto ao curso de Residência Multiprofissional em Saúde, bem como que a candidata



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

aprovada é professora substituta do curso de Serviço Social no semestre letivo corrente. Não obstante, a concorrência de atividades não enseja amizade, afinidade ou outro interesse entre ambas.

É o relatório.

O recurso é próprio e tempestivo e a candidata tem interesse e legitimidade em recorrer. Portanto, observados os requisitos intrínsecos e extrínsecos do recurso, deve o mesmo ser conhecido.

Quanto ao mérito, o Colegiado da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas entende que existe fase própria no processo do concurso para arguição de suspeição ou impedimento da banca examinadora, conforme artigo 12, §1º da Resolução CONSUNI/CEPEC nº 02/2013. Entretanto, depois de divulgada a composição da banca, nenhum candidato impugnou sua composição. Ademais, a recorrente fundamenta sua intempestiva resignação com base em informações públicas constantes da Plataforma de Currículos Lattes, acessível ao tempo da divulgação da banca examinadora e não demonstra a ocorrência de nenhum fato novo apto a demonstrar impedimento ou suspeição da banca. Ademais, as alegações de da recorrente igualmente não trazem elementos suficientes para provar amizade, intimidade, afinidade ou interesse entre a candidata aprovada e a docente da banca. O simples fato de ambas trabalharem nos mesmos cursos de graduação e pós não é apto a indicar relação de interesse que viabilize a suspeição da banca.

Portanto, por alegar suspeição ou impedimento em momento inoportuno, o recurso resta prejudicado quanto a este ponto.

Quanto ao tempo da prova didática, a Resolução CONSUNI/CEPEC nº 02/2013, em seu artigo 22, §6º, traz uma garantia aos candidatos ao prever que eles dispõem de no mínimo quarenta e no máximo cinquenta minutos para realização de referida avaliação. A mesma resolução, no entanto, não estabelece sanção pela não observância deste prazo. Com isso, o fato de um candidato não utilizar todo o tempo a que tem direito não pode, por si só, implicar em qualquer sanção, pois a avaliação da prova didática se dá pela ponderação de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

vários fatores avaliados em conjunto, a saber: domínio do assunto, capacidade de comunicação, organização do pensamento, planejamento e apresentação da aula (Cf. art. 22, *caput*, da Resolução CONSUNI/CEPEC nº 02/2013). Com isso, pode a banca entender que uma aula ministrada em menos de quarenta minutos, que contemple os itens avaliados, seja apta a atribuir nota que classifique eventual candidato.

Não sendo de se vislumbrar sanção para a hipótese aventada, o pedido de revisão formulado no recurso resta igualmente prejudicado quanto a este ponto.

Ante o exposto, prejudicados os pedidos, **deve o recurso ser conhecido para ser totalmente improvido.**

É o parecer,

Salvo melhor juízo.

Goiás, 18h do dia 14 de junho do de 2018.

Ariane Magda Borges
Prof.^a Ma. Ariane Magda Borges

Chefe da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas da Regional Goiás
Matrícula SIAPE 2321437